CONTROLE REMOTO

O Brasil vive um momento de ascensão das cotas. Para negros, para mulheres e agora cotas de conteúdo nacional para a televisão por assinatura. As consequências são uma elevação dos custos e a redução da base de assinantes

POR MARIA FERNANDA FREIRE DE LIMA E FREDERICO ARAUJO TUROLLA

Tramita no Congresso uma proposta de criação de cotas de conteúdo nacional sobre a programação da televisão por assinatura exibida no Brasil. Com o intuito de estimular a indústria de audiovisual, o projeto estabelece, no horário nobre, o percentual de conteúdo nacional que deve constar da programação de quase todos os canais – excetuados os de radiodifusão e religiosos, e alguns específicos, como de esportes e de jornalismo.

Trata-se de uma ação política com objetivos nobres, embora proposta mediante instrumentos inadequados. Em última instância, o assinante de televisão será chamado a pagar a conta, com inevitável aumento de sua mensalidade, situação que provavelmente desestimulará o crescimento dessa cadeia produtiva em bases competitivas.

EXEMPLOS INTERNACIONAIS. A produção audiovisual é um importante veículo para a preservação e a difusão da cultura nacional, e em vários países há uma preocupação com esse assunto. Os professores canadenses James Dean e Vivek Dehejia, das universidades de Simon Fraser, em Vancouver, e de Carleton, em Ottawa, explicitaram uma triste constatação sobre seu país: “Os canadenses estão talvez ‘90%’ americanizados”. Eles reconhecem que essa constatação aumenta o desejo de preservar os 10% remanescentes. Mas também reconhecem que restrições ou cotas não são a solução.

De fato, o resultado da política de cotas adotada no Canadá a partir de 2000 foi dramático sobre a base assinantes de televisão por assinatura. A partir daquele ano, a base começou um processo de declínio, que só se reverteu a partir de 2005. Os defensores da cota dizem tratar-se de

um processo natural de estagnação, semelhante ao que ocorreu nos EUA alguns anos depois. Mas seria difícil explicar o motivo da estagnação da base antes no Canadá que nos EUA; e ainda o motivo de ter começado a cair justamente com as cotas, voltando depois a subir alguns anos mais tarde, enquanto nos EUA a queda livre não foi interrompida até hoje.

O pior é que talvez as cotas sequer podem ajudar a proteger a cultura nacional. O francês Patrick Messerlin, professor da SciencesPo de Paris, fez interessante constatação sobre a proteção ao filme nacional praticada na França: “Protegidos dos filmes norte-americanos, os produtores franceses de filmes têm tentado direcionar e produzir filmes quase-americanos; consequência: a política francesa de filmes tem levado a uma acelerada ‘americanização’ da produção francesa de filmes – de novelas a *sitcoms* para

O PREÇO JUSTO DO INGRESSO, PORTANTO, É INVIÁVEL NO BRASIL, E O ACESSO AO CINEMA É, NECESSARIAMENTE, LIMITADO, POIS TODOS PAGAM CARO, ATÉ OS QUE SE PRETENDE PROTEGER

adolescentes e *hard thrillers*". Assim, em vez de fomentar a cultura nacional, a proteção cria espaço para que os produtores locais imitem a cultura estrangeira.

A questão que emerge da consideração da experiência internacional é: por que devemos imitar os países ricos na aplicação de instrumentos que, na prática, não se mostram efetivos? O Brasil poderia fazer melhor; poderia evitar a elevação dos custos de seus distribuidores de conteúdo. Com isso, aceleraria ainda mais o processo de ampliação de sua base de consumidores.

O BOOM DAS COTAS. O Brasil passa por uma verdadeira proliferação de cotas e restrições quantitativas em vários campos, reacendendo a chama protecionista que produziu grandes distorções no país até os anos 1980. O amargo exemplo da Lei de Informática, que condenou o país ao isolamento frente a uma explosão de inovações tecnológicas, não deve ser esquecido. Agora, as cotas voltam com força total e trazem novos riscos – em alguns casos, retrocessos. Há um grande número de propostas tramitando no Congresso Nacional. Veja-se o exemplo da emenda constitucional proposta pelo deputado Luiz Haully. Essa emenda define cotas para mulheres em órgãos legislativos. De acordo com a Agência Câmara, "cada estado deverá reservar 20% de suas vagas na Câmara para as mulheres em 2010, 25% em 2014 e 33% nas eleições seguintes. No Senado, deverão ser reservadas um terço das vagas de cada estado. Também as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores deverão se ajustar às determinações. Já na administração pública federal direta e indireta, autárquica e fundacional, e nos poderes

OS CUSTOS DO CINEMA

Recentemente, a página eletrônica do jornal *Folha de S. Paulo* abriu uma enquete, obviamente sem valor de amostragem científica, com a seguinte pergunta aos internautas: "Qual você acha que seria um preço justo para o ingresso de cinema?" Foram oferecidas quatro opções: gratuito; até R\$ 10; de R\$ 11 a R\$ 20; e superior a R\$ 21. Até o momento do fechamento deste artigo, a enquete registrava uma vitória esmagadora da segunda categoria, ou seja, os internautas acham justo um ingresso de, no máximo, R\$ 10. Mas a questão é: esse valor é viável?

As salas de exibição no Brasil estão sujeitas a cotas de usuários, em especial a meia entrada para estudantes, idosos, aposentados e, dependendo do estado, professores da rede estadual de ensino. Se não bastasse, estão sujeitas à complexa legislação tributária e à desesperadora carga burocrática que se tornou marca registrada do relacionamento das empresas com o Estado brasileiro. Consequência: o preço "justo" do ingresso é inviável no Brasil, e o acesso ao cinema é, necessariamente, limitado.

É sugestiva a Lei nº 11.646, sancionada em março deste ano, que concede incentivos fiscais a projetos de construção de salas de cinema em cidades menores. O Estado cria um grande número de restrições e depois se dispõe a tratar o mal criado por ele mesmo. O resultado disso envolve burocracia, novos espaços para litígios e disputas e, no fim, um preço mais alto do ingresso, com menor incentivo ao investimento privado.

Legislativo e Judiciário, deverão ser reservados para mulheres cargos em comissão e funções nos percentuais de 20% até 2010, 25% até 2014, 30% até 2018, 35% até 2022, 40% até 2026 e 50% até 2030".

A peça é curiosa tanto pelos nobres objetivos do deputado quanto pela desastrosa forma de implementação. Invariavelmente, propostas desse tipo vêm acompanhadas